

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.962 - SC (2019/0303133-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : OSJUAN INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS APICOLAS LTDA
ADVOGADO : MARLON CHARLES BERTOL - SC010693
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : RAFAEL XAVIER DE SOUZA - SC010400
DANIEL REMOR BASCHIROTO - SC010735

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284 DO STF. NOVO CÁLCULO. DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PELO EXECUTADO. FLEXIBILIZAÇÃO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Da leitura da minuta do agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que OSJUAN INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS APÍCOLAS (OSJUAN) promoveu cumprimento de sentença contra BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A. (BANCO).

O Juízo de primeira instância determinou que OSJUAN apresente novo cálculo, tendo em vista a ausência de título executivo determinando a devolução de valores cobrados indevidamente (e-STJ, fls. 599/600).

Interposto agravo de instrumento por OSJUAN, o Tribunal catarinense negou-lhe provimento, nos termos do acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS VINCULADOS A CONTA CORRENTE. DECISÃO QUE REJEITOU PEDIDO DE PENHORA ON LINE E DETERMINOU AO POLO CREDOR O REFAZIMENTO DO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO DE ACORDO COM O TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. RECURSO DO POLO DEMANDANTE. SUSTENTADA PRECLUSÃO EM DECORRÊNCIA DA NÃO APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AOS SEUS CÁLCULOS. NÃO ACOLHIMENTO. DEMONSTRATIVO DE DÉBITO ELABORADO PELO

EXEQUENTE QUE NÃO OBSERVOU A DECISÃO EM EXECUÇÃO, PRODUZINDO, POR CONSEQUÊNCIA, CONTA ABSURDA. OCORRÊNCIA DE ERRO DE CÁLCULO. VÍCIO NÃO SUJEITO AOS INSTITUTOS DA PRECLUSÃO E DA COISA JULGADA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EDESTA CORTE. DECISÃO ACERTADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO (e-STJ, fl. 656).

Inconformada, OSJUAN interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando violação dos arts. 492, 494, *caput*, I, 523, 524, §§2º e 5º, 525 do NCPC e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) o magistrado não pode corrigir de ofício o cálculo realizado pelo credor; (2) a ausência de apresentação dos dados acerca da conta corrente pelo executado impõe que se repute corretos os cálculos elaborados pelo exequente; e (3) a verificação dos cálculos caberia ao contador judicial.

Não foram oferecidas contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a Vice-Presidência do Tribunal catarinense inadmitiu o apelo nobre ante a incidência das Súmulas nºs 7, 83 do STJ e 283 do STF. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) (2) e (3) Dos arts. 492, 523, 524, §2º, e 525 do NCPC

OSJUAN sustentou julgamento *extra petita* e a imprescindibilidade de que a verificação dos cálculos seja realizada pelo contador judicial.

No entanto, verifica-se que o conteúdo normativo dos arts. 492, 523, 524, §2º, do NCPC, indicados como violados, não foi objeto de debate no Tribunal catarinense, o que evidencia a ausência de prequestionamento, a atrair o óbice da Súmula nº 282 do STF.

Ademais, quanto ao art. 525 do NCPC, OSJUAN deixou de demonstrar de que maneira teria sido violado, não se prestando a tanto a mera indicação na petição de recurso especial, o que revela deficiência de fundamentação a atrair a aplicação da Súmula nº 284 do STF.

(1) e (2) Da determinação de novo cálculo

O acórdão recorrido manteve a decisão judicial que ordenou ao exequente que elaborasse nova planilha, extirpando os valores que reputava indevidamente cobrados, por inexistir tal determinação no título executivo, nos seguintes termos:

Vê-se, portanto, que as partes devem obediência fiel à decisão em cumprimento de sentença, sob pena de ofensa ao instituto da coisa julgada.

E mais, que, estando os cálculos em absoluta contrariedade ao que está estabelecido no título executivo, resultando em confecção de conta absurda, estar-se-á diante da ocorrência de evidente erro de cálculo, o qual não se sujeita aos institutos da preclusão e da coisa julgada, porquanto constitui matéria de ordem pública cognoscível de ofício pelo magistrado, conforme se extrai do art. 494, inc.1, do novo Código de Processo Civil (CPC/1973. art. 463, inc. I).

(...)

É bem por isso, aliás, que a aplicação da penalidade de presunção de veracidade da conta do credor, em razão do descumprimento pelo devedor da ordem de exibição dos documentos necessários à liquidação da sentença pelo exequente, prevista no art. 524, § 5º, da atual Lei Adjetiva Civil, não autoriza a elaboração de memória de cálculo incoerente com o título executivo, pois, "se o demonstrativo se mostrar duvidoso ou inverossímil, o juiz poderá se valer do contador do juízo para conferi-lo, ou de qualquer outro expediente esclarecedor a seu alcance, se entender convincente" (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de execução da sentença, 27a ed., São Paulo: Leud, 2012, p. 659), na forma disciplinada no § 2º do art. 525 do Nova Codificação Processual. Na hipótese, verifica-se que o título executivo judicial determinou a revisão das contratualidades atreladas à conta corrente pertencente ao polo credor junto à instituição ré. No entanto, extrai-se do demonstrativo apresentado que aquele simplesmente fez incidir sobre os valores inicialmente contratados com a casa bancária - os quais, frisa-se, contemplam os mesmos critérios primitivamente avençados -, correção monetária e juros de mora até o seu efetivo pagamento, metodologia esta que resultou no quantum exorbitante de R\$1.483.848,80 (um milhão, quatrocentos

e dois mil, oitocentos e quarenta e oito mil, e oitenta centavos). Vê-se, por exemplo, que a conta referente a um contrato de empréstimo de R\$ 82.300,00 (oitenta e dois mil e trezentos reais) chegou ao montante de quase R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), sem contar a existência de cálculos de diversas outras avenças realizados de forma idêntica (vide às fls. 394/575).

E, ao proceder de tal forma, a parte autora não realizou a revisão dos contratos objeto da ação revisional - que consiste, a propósito, no efetivo recálculo da dívida nos termos fixados pelo título judicial em cumprimento, e seu posterior abatimento com a importância cobrada inicialmente pela instituição financeira ré e paga pelo polo acionante -, de modo que constatada a ofensa coisa julgada, aliada à apresentação de valores absurdos a título de quantum debeatur, agiu com acerto o magistrado ao determinar, de ofício, a realização de novos cálculos pelo exequente, nos exatos termos da decisão transitada em julgado (e-STJ, fls. 659/661).

Nesse contexto, o acórdão recorrido alinhou-se ao entendimento do STJ no sentido de que o juiz pode, de ofício, determinar o refazimento do cálculo, quando verificado excesso de execução, matéria de ordem pública. Confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, E 1.022, II, DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AFERIÇÃO DO QUANTUM DEBEATUR. ALEGADO EXCESSO DE EXECUÇÃO. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

1. Inexiste afronta aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. Quanto à preclusão, constitui matéria de ordem pública a adequação do valor executado, para se extirpar o excesso. Ressalte-se que, em se tratando de matéria de ordem pública, pode ser alegada na instância ordinária a qualquer tempo, podendo inclusive ser conhecida de ofício. Precedentes: AgInt nos EDcl no AgRg no AREsp 640.804/RS, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 28/2/2019 e AgInt no REsp 1.617.906/MG, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21/5/2019.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.608.052/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, j. em 07/10/2019, DJe 09/10/2019 – sem destaque no original)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. INADMISSÃO DO APELO NOBRE NA ORIGEM. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. DETERMINAÇÃO DE REFAZIMENTO DOS CÁLCULOS EX OFFICIO. POSSIBILIDADE. TRIBUNAL LOCAL QUE DIRIMIU A CONTROVÉRSIA COM BASE NOS FATOS DA CAUSA. REFORMA DO ENTENDIMENTO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO PROTETATÓRIO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC, a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A Corte de origem, ao inadmitir o apelo nobre, o fez de forma clara e bem fundamentada, não havendo, assim, falar em nulidade da decisão por falta de fundamentação.

3. Tendo o acórdão recorrido reconhecido que os cálculos apresentados pela exequente apresentava excesso de execução, determinando que eles fossem refeitos para decotar o excesso verificado, reformar tal entendimento encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

4. A atual jurisprudência dessa Corte firmou-se no sentido de que pode o juiz, de ofício, independentemente de requerimento das partes, enviar os autos à contadoria judicial e considerá-los como corretos, quando houver dúvida acerca do correto valor da execução (AgRg nos EDcl no REsp 1.446.516/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/9/2014). Precedentes.

5. Em razão da improcedência do presente recurso, e da anterior advertência em relação a incidência do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1.415.968/SP, de minha relatoria, Terceira

Turma, j. em 15/04/2019, DJe 22/04/2019 – sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. INICIATIVA DO CREDOR. INCLUSÃO DE JUROS PELA CONTADORIA JUDICIAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da orientação desta Corte Superior, "pode o juiz, de ofício, independentemente de requerimento das partes, enviar os autos à contadoria judicial e considerá-los como corretos, quando houver dúvida acerca do correto valor da execução." (AgRg nos EDcl no REsp 1.446.516/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 9/9/2014, DJe de 16/9/2014).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.295.850/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. em 08/09/2015, DJe 01/10/2015)

Destaque-se, ainda, que é admitida a revisão dos cálculos de ofício pelo juiz, ainda que o executado não tenha apresentado os documentos para elaboração dos cálculos, flexibilizando-se a previsão de se reputarem corretos os cálculos. Nesse sentido é o julgado:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SONEGAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA PERÍCIA. CÁLCULOS OFERTADOS PELO EXEQUENTE REPUTADOS CORRETOS. FLEXIBILIZAÇÃO. POSSIBILIDADE DE REEXAME DOS CÁLCULOS DE OFÍCIO PELO JUIZ. CONTRADITÓRIO LIMITADO.

1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

2. É lícito o reexame, de ofício pelo juiz competente, dos cálculos apresentados unilateralmente pelo exequente, nos termos do art. 475-B, § 3º, do CPC, o que não implica em alteração da modalidade de liquidação.

3. O reexame dos valores, entretanto, é restrito a correição do cálculo apresentado e não importa em concessão de nova oportunidade para apresentação de documentos que foram oportunamente sonegados pela devedora.

4. Recurso especial conhecido e, nesta parte, parcialmente provido.

(REsp 1.320.172/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. em 05/03/2013, DJe 12/03/2013 – sem destaque no original)

No voto, a em. Ministra Relatora assim consignou:

De outro lado, a penalidade prevista para o executado que obsta a apuração do cálculo por meio de injustificada sonegação de documentos (art. 475-B, §2º, do CPC) de que os cálculos apresentados unilateralmente pelo exequente serão reputados válidos não significa que o juiz estará necessariamente jungido à sua chancela. Nos termos do §3º do referido artigo, é lícito ao juiz examinar os cálculos, com auxílio de sua contadoria se necessário, para purgar os excessos verificados.

Dessarte, não merece reforma o acórdão recorrido que manteve a determinação judicial de que o exequente apresente nova planilha, expurgando os excessos considerados pelo Juízo de primeira instância.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator